

SERVIÇO DE APROVISIONAMENTO

CONCURSO PÚBLICO N.º 8172/2023

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS MCDT ANATOMIA PATOLÓGICA

CADERNO DE ENCARGOS

**SERVIÇO DE APROVISIONAMENTO
HOSPITAL DISTRITAL DA FIGUEIRA DA FOZ, E.P.E**

SERVIÇO DE APROVISIONAMENTO

CONCURSO PÚBLICO N.º 8172/2023
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS MCDT ANATOMIA PATOLÓGICA

DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 1.ª

OBJETO

1. O presente procedimento tem por objeto a aquisição de serviços de Anatomia Patológica, através da realização da quantidade estimada de exames, em doentes propostos pelo Hospital Distrital da Figueira da Foz, EPE, de acordo com o Anexo A do Caderno de Encargos.
2. Os serviços incluídos no presente contrato são os decorrentes do Anexo IV, constante da Portaria n.º 207/2017, de 11 de julho, alterada pela Portaria n.º 254/2018, de 07 de setembro, relativo aos Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica (MCDT).

CLÁUSULA 2.ª

CONTRATO

1. O contrato obedece:
 - a) Às cláusulas do Contrato e ao estabelecido em todos os elementos e documentos que dele fazem parte integrante;
 - b) Ao Código dos Contratos Públicos, doravante designado por “CCP”, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, com as sucessivas alterações.
 - c) À restante legislação e documentação aplicável.
2. Para efeitos da alínea a) do número anterior, consideram-se integrados no Contrato, sem prejuízo do disposto no n.º 4, do art.º 96.º do CCP:
 - a) O clausulado contratual, incluindo os ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo Hospital Distrital da Figueira da Foz, nos termos do disposto no artigo 101.º do mesmo Código;
 - b) O suprimento dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos Adjudicatários, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do CCP;
 - c) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - d) O presente Caderno de Encargos;
 - e) A proposta adjudicada;
 - f) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário;
3. Todos os outros documentos que sejam referidos no clausulado contratual ou no Caderno de Encargos.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas b) a g) do número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados nesse número.

SERVIÇO DE APROVISIONAMENTO

5. Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas de b) a g) do n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do CCP.

CLÁUSULA 3.ª

PRAZO DE EXECUÇÃO

1. O contrato entra em vigor após a adjudicação ou celebração do contrato escrito e com a emissão da nota de encomenda, e até 31 de dezembro de 2023, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
2. Havendo acordo entre as partes, o presente procedimento poderá ser renovado por dois períodos de um ano.
3. A prestação de serviços terá início no prazo referido nos números 1, e deverá ser executada em perfeita conformidade com as condições estabelecidas nos documentos contratuais e demais legislação em vigor.
4. Sem prejuízo do estabelecido nos números anteriores, a entidade adjudicante poderá denunciar o presente contrato a todo o tempo, desde que comunique tal denúncia ao prestador de serviços, com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, relativamente à data a que pretende que a mesma produza os seus efeitos.
5. Ambas as Partes se obrigam a cumprir fiel e pontualmente todos os prazos acordados.

CLÁUSULA 4.ª

QUANTIDADES

1. As quantidades dos exames indicados no Anexo A correspondem ao número de unidades máximas que o HDFF, EPE, prevê que venham a ser realizadas ao longo do período de vigência do contrato.
2. As quantidades constantes do Anexo A são uma estimativa das necessidades e não constituem para entidade adjudicante a obrigação de aquisição das quantidades indicadas.
3. A entidade adjudicante reserva a faculdade de redistribuição da quantidade dos exames constantes do Anexo A, no decorrer da adjudicação sem qualquer alteração do preço.

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO

CLÁUSULA 5.ª

OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO ADJUDICATÁRIO

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorre para o prestador de serviços a obrigação principal de fornecimento de serviços identificados na sua proposta, bem como todas as obrigações que se mostrem necessárias para o

SERVIÇO DE APROVISIONAMENTO

pontual cumprimento do objeto da presente contratação, designadamente tendo em atenção o disposto nas condições técnicas, constantes no presente caderno de encargos.

2. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação de serviços.

CLÁUSULA 6.ª

CONFORMIDADE E OPERACIONALIDADE DOS SERVIÇOS

1. O prestador de serviços obriga-se a prestar ao HDFF, EPE os serviços objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos nas cláusulas técnicas do presente caderno de encargos, mediante solicitação e através da nota de encomenda, de acordo com as necessidades do HDFF, EPE.

2. O prestador de serviços assume integral responsabilidade pelos serviços contratados, sendo o único responsável perante o HDFF, EPE pela boa prestação dos mesmos.

CLÁUSULA 7.ª

RESPONSABILIDADE

1. O prestador de serviços, garantirá, sem qualquer encargo para o HDFF, EPE, a prestação dos serviços, pelo prazo de vigência do contrato, se outro prazo não for específico do serviço a adquirir, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com características, especificações e requisitos técnicos definidos no Programa e caderno de encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação dos serviços.

2. No caso de os serviços não comprovarem a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos, deve informar, por escrito, o prestador de serviços.

3. No caso previsto no número anterior, o prestador de serviços deve proceder, ao seu encargo e no prazo razoável que for determinado pelo HDFF, EPE, às alterações ou substituições necessárias para garantir a prestação dos serviços em cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.

CLÁUSULA 8.ª

OBJETO DO DEVER DE SIGILO

1. O Prestador de Serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, relativa à atividade do HDFF, EPE, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2. A informação e documentação abrangida pelo dever de sigilo não pode ser transmitida a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por

SERVIÇO DE APROVISIONAMENTO

força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do Contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

OBRIGAÇÕES DO HDFF, EPE

CLÁUSULA 9.^a

PREÇO BASE E CONTRATUAL

1. O montante máximo fixado para o objeto contratual em questão é de 240.835,00€ (duzentos e quarenta mil, oitocentos e trinta e cinco euros), isento de IVA. Correspondendo a:

- a) Até 31 de dezembro de 2023: 34.405,00€ (trinta e quatro mil, quatrocentos e cinco euros), isento de IVA;
- b) De 01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024: montante de 103.215,00 € (cento e três mil, duzentos e quinze euros), isento de IVA;
- c) De 01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025: 103.215,00 € (cento e três mil, duzentos e quinze euros), isento de IVA.

2. Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos e seus anexos, o HDFF, EPE, deve pagar ao Adjudicatário o valor resultante da aplicação dos preços unitários constantes da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

3. O valor referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao HDFF,EPE.

4. Todos os encargos derivados da apresentação da proposta e formalização/assinatura do contrato são igualmente da responsabilidade do Adjudicatário.

CLÁUSULA 10.^a

CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO

1. A quantia devida pelo HDFF, EPE deve ser paga no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a receção das respetivas faturas.

2. As faturas serão emitidas em função e na proporção dos serviços após confirmação pelo HDFF,EPE.

3. Em caso de discordância por parte do HDFF, EPE, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder a emissão de nova fatura corrigida.

4. O HDFF,EPE não pagará os serviços sem prévia nota de encomenda/número de compromisso.

SERVIÇO DE APROVISIONAMENTO

5. Todas as faturas deverão indicar o número da nota de encomenda, ou respetiva requisição de serviços que respeitam.
6. O prestador de serviços deverá encontrar-se em condições de cumprir com o legalmente estipulado quanto à faturação eletrónica em procedimentos aquisitivos de contratação pública, nos termos e ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 28/2019, de 15 de fevereiro - artigos 12.º e 14.º, integrados na Secção II do Capítulo 111, relativa a faturação eletrónica que regula as obrigações relativas ao processamento de faturas e outros documentos fiscalmente relevantes, e no Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro, que define o modelo de governação para a implementação da faturação eletrónica nos contratos públicos, a fatura deverá ser compatível com o sistema de faturação eletrónica implementado pelo HDFF, EPE (plataforma Saphety).
7. Para efeitos de cumprimento do referido no ponto anterior, será o prestador de serviços devidamente informado pelo HDFF, EPE do procedimento a seguir para proceder a faturação dos serviços prestados, mediante pedido de esclarecimento do prestador de serviços, a enviar para o endereço de correio eletrónico aprovisionamento@hdfigueira.min-saude.pt.
8. Desde que devidamente emitida e observado o disposto na presente cláusula, a fatura é paga através de transferência bancária.

PENALIDADES CONTRATUAIS

CLÁUSULA 11.ª

RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Cada uma das Partes deve cumprir pontualmente as obrigações emergentes do Contrato e responder perante a outra por quaisquer danos que resultem do incumprimento ou do cumprimento defeituoso dessas obrigações, nos termos deste Caderno de Encargos e da lei, sem prejuízo do disposto na cláusula seguinte.

CLÁUSULA 12.ª

PENALIDADES CONTRATUAIS

1. O incumprimento dos requisitos mínimos da prestação de serviços determina a aplicação de penalizações ao fornecedor.
2. Nos casos em que, injustificadamente, o fornecedor recuse efetuar a prestação de serviços, ou se atrase no seu cumprimento, deverá aplicar-se, independentemente de outras previstas no contrato ou impostas por lei, o seguinte regime de penalidade:
 - a) O HDFF, EPE, poderá em caso de necessidade adquirir a outros fornecedores os serviços em falta, ficando a eventual diferença de preços a cargo do fornecedor faltoso.
 - b) O HDFF, EPE, tem ainda direito a ser indemnizado pela não entrega, ou pelo atraso na entrega dos serviços objeto do presente procedimento, num valor de 5% (cinco por cento) dos serviços em falta, emitindo o HDFF as respetivas notas de débito a enviar ao fornecedor.

SERVIÇO DE APROVISIONAMENTO

3. Os pagamentos das penalidades previstas na alínea anterior poderão ser feitos por desconto em faturas ainda não pagas.

CLÁUSULA 13.ª

RESOLUÇÃO POR PARTE DO CONTRAENTE PÚBLICO

1. Sem prejuízo de outras situações de grave violação das obrigações assumidas pelo prestador de serviços previstas na lei, o HDFF, EPE pode resolver o contrato a título sancionatório:

- a) Incumprimento na prestação dos serviços do contrato superior a 30 (trinta) dias ou declaração escrita do prestador de serviços de que o incumprimento excederá esse prazo;
- b) Deficiências graves na prestação dos Serviços de exames de Anatomia Patológica, especialmente quando reiteradas. Considera-se deficiência grave a persistência no cumprimento defeituoso do serviço, após notificação do HDFF, EPE para suprimir ou corrigir as deficiências identificadas.

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e produz efeitos 30 (trinta) dias após receção dessa declaração, mas é afastado se o prestador cumprir as obrigações em falta nesse prazo e proceder ao pagamento das penas pecuniárias correspondentes.

3. A resolução do Contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas, nem faz cessar as obrigações respeitantes à garantia técnica, à continuidade de fornecimento, à assistência técnica, e à formação para manutenção nos termos do Caderno de Encargos, a menos que tal seja determinado pelo HDFF, EPE.

CLÁUSULA 14.ª

RESOLUÇÃO POR PARTE DO ADJUDICATÁRIO

O prestador de serviços só pode resolver o Contrato nos termos e com os fundamentos previstos na lei.

CLÁUSULA 15.ª

FORÇA MAIOR

1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias a vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever a data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

SERVIÇO DE APROVISIONAMENTO

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA 16.ª

SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

1. A subcontratação pelo Adjudicatário e a cessão da respetiva posição contratual depende, em qualquer causa, da autorização escrita do HDFF, EPE.
2. Carece de autorização prévia e escrita por parte do HDFF, EPE, qualquer cessão a terceiros, de créditos que o Adjudicatário venha a ter direito no âmbito da execução do contrato a que der origem o presente procedimento.

CLÁUSULA 17.ª

SEGUROS

1. É da responsabilidade do Adjudicatário a cobertura de todos os riscos, através de contratos de seguro.
2. O HDFF, EPE, sempre que entender conveniente, pode exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro, devendo o fornecedor fornecê-la no prazo estabelecido.

CLÁUSULA 18.ª

CESSÃO DE CRÉDITOS

A cessão de todo e qualquer crédito emergente do contrato, nomeadamente da sua execução e da sua extinção, depende sempre de consentimento prévio e escrito do HDFF, EPE, nos termos do n.º 1 do artigo 577.º do Código Civil.

SERVIÇO DE APROVISIONAMENTO

CLÁUSULA 19.ª

COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes, estas devem ser dirigidas aos responsáveis que vierem a ser identificados, através dos meios a definir no contrato a outorgar.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

CLÁUSULA 20.ª

GESTOR DO CONTRATO

1. Ao abrigo do disposto no artigo 290.º-A do CCP, será nomeado um gestor do contrato, por forma a acompanhar de forma permanente a execução do contrato.
2. A qualquer momento e sem necessidade de aviso prévio, o gestor do contrato pode solicitar informação ou realizar auditorias com vista à monitorização da qualidade e nível de desempenho da prestação de serviços e cumprimento das obrigações contratuais ou legais por parte do adjudicatário e, quando justificado, a propor a aplicação de sanções em caso de incumprimento.
3. O adjudicatário obriga-se a colaborar com o gestor do contrato na prestação de informações solicitadas por este ou na realização de auditorias, disponibilizando os meios necessários para o efeito.
4. O adjudicatário deve indicar, aquando da assinatura do contrato, o interlocutor que o representará no acompanhamento e gestão contratual.

CLÁUSULA 21.ª

MODIFICAÇÃO OBJETIVA DO CONTRATO

1. Durante o prazo de vigência constante da cláusula 3.ª do presente caderno de encargos, podem as partes acordar em realizar uma modificação ao contrato no que diz respeito à quantidade de exames a realizar, podendo, dessa forma, ser adquiridas mais quantidades do que aquelas constantes do Anexo A ao caderno de encargos.
2. A modificação objetiva, prevista no número anterior, terá, necessariamente, em consideração o valor unitário da proposta adjudicada.
3. A modificação contratual depende do acordo entre as partes e não pode revestir forma menos solene do que a do contrato.

CLÁUSULA 22.ª

AValiação de FORNECEDORES

Fazendo cumprir o Procedimento de Qualidade interno, citamos "PQ.06.4" o qual visa Descrever a avaliação e seleção de Fornecedores, o circuito de compra de um produto/equipamento, sua receção e verificação, bem como, o

SERVIÇO DE APROVISIONAMENTO

armazenamento, e conforme deliberação do Conselho de Administração do HDFF, E.P.E, datada de 24 de fevereiro de 2020, com vista à avaliação dos Fornecedores Externos, todos os fornecedores serão avaliados numa escala de 1 a 5, em que 1 é muito mau e 5 muito bom, considerando os seguintes critérios:

Critério a considerar	Fornecedor
Qualidade / Competência técnica do serviço / produto	
Capacidade de resposta	
Cumprimento de prazos	
Relação preço/qualidade do serviço/produto/equipamento	
Ser Certificado/ Acreditado	
Avaliação final (A / NA)	

CLÁUSULA 23.ª

CONTAGEM DE PRAZOS

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

CLÁUSULA 24.ª

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1. O Contrato é regulado pela legislação portuguesa.
2. Sem prejuízo de outras leis e regulamentos especialmente aplicáveis, a tudo o que não esteja expressamente previsto ou regulado no presente caderno de encargos e na demais regulamentação do concurso e do contrato aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos.

SERVIÇO DE APROVISIONAMENTO

ANEXO A

ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES PREVISTAS

As especificações devem ser consideradas Termos ou Condições a que a entidade adjudicante quer que os Adjudicatários se vinculem, sob pena de exclusão

CLÁUSULA 1.ª

OBJETO

1. O presente procedimento tem por objeto a aquisição da Prestação de Serviços de Anatomia Patológica, através da realização da quantidade estimada de exames, em doentes propostos pelo Hospital Distrital da Figueira da Foz, EPE, de acordo com o Anexo A do Caderno de Encargos.
2. Os serviços incluídos no presente contrato são os decorrentes do Anexo IV, constante da Portaria n.º 207/2017, de 11 de julho, alterada pela Portaria n.º 254/2018, de 07 de setembro, relativo aos Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica (MCDT).

CLÁUSULA 2.ª

CONDIÇÕES

1. O HDFP, EPE pretende adquirir os exames que se encontram na cláusula 5.ª do presente Anexo.
2. O Laboratório com Especialistas na área da Anatomia Patológica, para realizarem exames macroscópicos de peças cirúrgicas (órgão ou partes dele) e exames microscópicos (tecidos, células e fluídos).
3. Os resultados dos exames efetuados devem constar de relatório, na forma escrita, com a identificação do médico que validou no corpo do relatório, com inclusão, designadamente de:
 - a) Elementos identificativos do utente (nome completo, data de nascimento, número do processo do HDFP, EPE);
 - b) Identificação e data de receção do produto biológico (tecidos e produtos obtidos em biópsias, citologias aspirativas e peças cirúrgicas), a natureza do mesmo e local onde foi colhido;
 - c) Indicação para a realização do teste, informação clínica disponível e relevante;
 - d) Metodologias utilizadas;
 - e) Resultados;
 - f) Interpretação clínica dos resultados e possíveis recomendações adequadas a cada caso e contexto;
 - g) Código e designação da análise;
 - h) Número da Requisição.
4. A colheita e o acondicionamento do produto biológico serão efetuados pelos profissionais de saúde do HDFP, EPE, cumprindo as boas práticas em vigor.

SERVIÇO DE APROVISIONAMENTO

5. É da responsabilidade do adjudicatário a recolha a combinar com o Serviço de Medicina Laboratorial do HDFF, EPE, entre as 10.00 e as 16.00 horas, dos produtos biológicos nas instalações do HDFF, EPE, e o seu transporte em condições de segurança até ao local de realização dos testes.
6. O processamento citológico, histológico e outras técnicas complementares de diagnóstico são realizadas no serviço de Anatomia Patológica do adjudicatário.
7. O Adjudicatário tem que garantir, obrigatoriamente, a realização de todos os exames apresentados na cláusula 5.ª do presente Anexo A, bem como dos exames, que apesar de não constarem da cláusula 5.ª do presente Anexo A, façam parte da Portaria n.º 207/2017, de 11 de julho, alterada pela Portaria n.º 254/2018, de 07 de setembro, relativo aos Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica (MCDT), caso surja a necessidade da sua realização durante a vigência do contrato.

CLÁUSULA 3.ª

COMUNICAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE DADOS

1. Todo o serviço deverá ser suportado por comunicação eletrónica baseada no standard HL7.
2. Os resultados devem ser transmitidos via eletrónica para o HDFF, EPE imediatamente após a sua validação clínica, considerando as seguintes formas diferentes de partilha de informação.
 - 2.1. Interoperabilidade com o software existente no HDFF, EPE no qual será feita a requisição eletrónica, o compromisso financeiro do serviço a prestar, a identificação das amostras, o rastreamento das mesmas, a emissão de guia de transporte e o controlo de faturação deste serviço.
 - a) Os contactos para a integração deverão ser feitos de forma tripartida entre a empresa adjudicatária, o HDFF, EPE e a empresa ByMe Lda., fornecedora do software em uso (BHealth) acima descrito.
 - b) É da exclusiva responsabilidade do fornecedor a aquisição do circuito necessário à comunicação contínua de dados através da Rede de Informação da Saúde (RIS) e do cumprimento das especificações técnicas e de segurança definidas para a mesma, devendo envolver para o efeito a entidade que gere esta rede, os Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS).
 - c) O fornecedor deve garantir a integração acima descritas num prazo de 30 dias a contar da celebração do contrato.
 - 2.2. O adjudicatário deverá garantir também a integração com o Registo Oncológico Nacional (RON), contactando para o efeito os Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS) e informando o HDFF, EPE do estado dos trabalhos (ver anexo B).
3. Deverá ser garantida comunicação privilegiada e direcionada de resultados positivos (alarmística).
4. Em caso de indisponibilidade temporária quer do envio quer da disponibilização online dos resultados, o adjudicatário deverá assegurar, em contingência, o seu registo e envio em suporte digital utilizando os padrões de segurança impostos a este tipo de dados e reenviando os resultados não obtidos após a disponibilização da conexão ou normalidade.

SERVIÇO DE APROVISIONAMENTO

CLÁUSULA 4.ª

FATURAÇÃO

1. As faturas serão emitidas mensalmente, onde conste os seguintes elementos:

- N.º de processo do utente no HDFF, EPE;
- Nome do utente;
- Serviço requisitante;
- Código e designação do exame, conforme o Anexo IV da Portaria n.º 207/2017, de 11 de julho, alterada pela Portaria n.º 254/2018, de 07 de setembro (MCDT);
- Preço

2. As faturas devem ser enviadas via EDI (Eletronic Data Interchange).

3. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, devem ser comunicados ao Prestador de Serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o Prestador de Serviços obrigado aos esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

4. O HDFF, EPE só assume responsabilidade pelas despesas inerentes à existência de original de Requisição. O adjudicatário deve informar de forma fundamentada o adjudicante, sempre que haja necessidade de executar outras análises que entenda por necessárias e/ou urgentes e inadiáveis, mas que não estejam garantidas pela Requisição.

CLÁUSULA 5.ª

ARTIGOS E QUANTIDADES PREVISTAS

O Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E., pretende adquirir os seguintes serviços:

Posição	Código Portaria	Designação Portaria	Quantidade Estimadas até final do ano (2023)	Quantidade Estimadas 2024	Quantidade Estimadas 2025
1	30510	Exame citológico cervico-vaginal	5	15	15
2	30517	Exame de citologia esfoliativa não cervico-vaginal	157	471	471
3	30630	Processamento e exame citológico de aspirado de agulha fina	102	305	305
4	30650	Exame citológico cervico-vaginal com processamento automatizado em camada fina	144	433	433
5	30677	Exame citológico não cervico-vaginal, com processamento automatizado em camada fina	1	1	1
6	30730	Consulta e relatório de material citológico preparado noutro serviço ou laboratório	1	1	1
7	31016	Exame histológico de produto de biópsia, por agulha, pinça ou similar	717	2151	2151

SERVIÇO DE APROVISIONAMENTO

8	31017	Exame histológico de produto de biópsia, por agulha, pinça ou similar, complexa	20	59	59
9	31037	Exame histológico, fragmentos de biópsia com processamento rápido	2	5	5
10	31057	Exame macroscópico e histológico de produto de biópsia incisional ou excisional, raspagem, curetagem ou de eliminação espontânea	813	2438	2438
11	31077	Exame macroscópico e histológico de peça de ressecção cirúrgica ou de feto com 11 semanas ou menos	205	614	614
12	31097	Exame macroscópico e histológico de peça de ressecção cirúrgica com dissecação ganglionar e/ou avaliação da margem circunferencial e/ou mapeamento	41	121	121
13	31500	Exame com lupa de dissecação	1	1	1
14	31550	Histoquímica para identificação de constituintes enzimáticos, cada lâmina	1	1	1
15	31565	Imunocito(histo)química, cada anticorpo	860	2580	2580
16	31605	Estudo com inclusão em parafina de material citológico (citobloco)	1	1	1
17	31610	Estudo com inclusão em plástico e cortes semi-finos	1	1	1
18	31710	Deteção de DNA/RNA por hibridação in situ, por sonda	1	2	2
19	31720	Deteção de DNA/RNA por hibridação in situ fluorescente, por sonda	1	1	1
20	31730	Pesquisa de DNA por PCR, cada PCR	4	12	12
21	31750	Tipagem de genótipos de DNA/RNA por captação híbrida, por sonda	19	57	57
22	31760	Genotipagem de HPV por métodos de PCR	4	13	13

SERVIÇO DE APROVISIONAMENTO

ANEXO B

Informação relativa aos pontos 2.2 e 2.3 da cláusula 3.ª do Anexo A

1. Partilha de resultados em página web – configurações mínimas:

- a) Deverá ser disponibilizada página web, garantindo a visualização e a pesquisa de resultados.
- b) Deverá ser disponibilizada sobre HTTPS, por ligação segura através de certificado.
- c) Deverá conseguir tratar como parâmetros de entrada o número nacional de utente (SNS), o código do médico prescritor.
- d) A página terá os “botões” necessários a outro tipo de pesquisa como por exemplo: “Exames pedidos pelo médico A”;
- e) Deverá garantir como saída uma lista dos relatórios disponíveis ao critério de pesquisa, incluindo coluna com data, nº SNS, nº Processo do HDFF e o acesso ao relatório em PDF.
- f) Toda a comunicação associada a esta partilha deverá ser encriptada sem capacidade de visualização da informação transitada, em qualquer dos momentos.
- g) Deverão ser fornecidos os links necessários à exploração da página em questão, por chamada no SClínico e PCE (processo clínico Eletrónico) do HDFF, EPE, bem como o formato e posição dos parâmetros a submeter nos referidos links.
- h) O fornecedor é responsável por manter histórico de quem, quando e qual a informação acedida, ao abrigo do RGPD.

2. Envio de resultados para o RON

- a) Deverá ser provida a exportação de resultados para o RON (Registo Oncológico Nacional), segundo os protocolos e requisitos técnicos definidos pela ACSS e SPMS.
- b) Dados a considerar no envio:
 1. Data de Colheita, Tipo de Exame = “Histologia Primário”, nº do exame (nº interno do fornecedor), nome do fornecedor;
 2. Topografia, Morfologia, Grau de Diferenciação, PT, PN, Diâmetro Patológico, nº de gânglios positivos, nº de gânglios ressecados, gânglio sentinela;
 3. Preenchimento da informação dos marcadores específicos associados à doença oncológica, focalidade.
- c) Toda esta integração deverá ser trabalhada com a ACSS e SPMS, tomando como informados e terceira parte o HDFF, EPE.